

## A complexidade da passiva e as implicações pedagógicas do seu uso

Maria Angélica Furtado da Cunha  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

*ABSTRACT: This paper discusses the syntactic, semantic and pragmatic complexity of passive sentences and some related issues, such as the occurrence of the passive in spoken and written texts and the pedagogical implications of its use. It is argued that the complexity of the passive sentence results from the fact that it reverses the natural word order of a transitive active sentence. The discursive/pragmatic motivation for the use of a passive sentence, however, is a guarantee of its correct interpretation.*

*RESUMO: Este artigo discute a complexidade sintática, semântica e pragmática das orações passivas e questões a ela relacionadas, tais como a ocorrência da passiva em textos falados e escritos e as implicações pedagógicas do seu uso. Defende-se que a complexidade da oração passiva resulta do fato de que ela reverte a ordem natural de apresentação dos constituintes de uma oração ativa transitiva. Apesar disso, a motivação discursiva/pragmática para o uso da passiva é uma garantia de sua correta interpretação.*

*KEYWORDS: Passive Sentences, Word Order, Pragmatic Motivation.*

*PALAVRAS-CHAVE: Passiva, Ordenação de Constituintes, Motivação Pragmática.*

Este trabalho tem por objetivo discutir a questão da complexidade da construção passiva e dois aspectos a ela relacionados:

a ocorrência da passiva por registro e as implicações pedagógicas do seu uso.

Na literatura lingüística, a oração ativa é identificada como a estrutura sintática mais básica, o padrão neutro. Por sua vez, a oração passiva é tratada como uma estrutura complexa, o padrão marcado. A classificação de ativas e passivas como estruturas básicas e estruturas complexas (ou derivadas), respectivamente, decorre das propriedades formais de cada uma dessas estruturas. Do ponto de vista sintático, a passiva é uma construção complexa porque exhibe uma ordenação dos constituintes que se desvia da estratégia mais comum de apresentação desses constituintes: Sujeito – Verbo – Objeto, em que Sujeito e Objeto freqüentemente correspondem aos papéis semânticos de Agente e Paciente, respectivamente. Os sintaticistas tratam a oração ativa como a estrutura sintática mais básica porque o papel de agente tende a ser considerado como um papel semântico mais básico do que o do paciente (cf. Romaine 1984, p. 62). Cabe lembrar que, na hierarquia de topicidade proposta por Givón ((1984, p. 139) para os casos semânticos, cujo objetivo é ordenar os Sintagmas Nominiais (SNs) de acordo com a sua acessibilidade à função pragmática de tópico, o caso agente se posiciona acima do caso paciente, como se pode ver em (1):

(1) Agente > Dativo/Benefactivo > Paciente > Outros

No português, os SNs que funcionam como agente tendem a ocorrer na posição inicial da oração (isto é, a posição de sujeito e tópico), enquanto os SNs pacientes costumam ocorrer na posição pós-verbal. Assim, os agentes são normalmente interpretados como sujeito e os pacientes como objeto. A codificação passiva afeta essa correspondência entre papéis semânticos e relações gramaticais na medida em que permite que o objeto (paciente) de um verbo semanticamente transitivo ocorra como sujeito e tópico da oração, enquanto o agente é omitido ou apresentado num sintagma preposicionado. O modo de codificação de uma oração transitiva depende, pois, do papel semântico que o constituinte selecionado como ponto de partida (ou tópico) dessa oração desempenha: o de agente (codificação ativa) ou o de paciente (codificação passiva).

A complexidade da passiva não se limita, contudo, a uma questão exclusivamente sintática. Partindo do princípio de que a sintaxe deve

ser explicada com referência ao seu uso na comunicação, podem-se propor critérios substantivos para explicar o status privilegiado da oração ativa na sintaxe, a exemplo do que faz Givón (1979:48). Esses critérios envolvem o grau de conhecimento pressuposto com base no qual uma oração é usada. Nesse sentido, as propriedades formais das orações ativas e passivas emanam, até certo ponto, das propriedades do discurso, e se correlacionam com o grau de pressuposicionalidade dessas orações. O padrão neutro (oração ativa) se distingue por ser menos pressuposicional do que o padrão complexo (oração passiva). Isso significa que a oração ativa é usada no discurso para transmitir grande parte da informação nova. A complexidade pressuposicional da passiva resulta do fato de que a maioria dessas orações tende a envolver um agente pressuposto, que é identificável do contexto discursivo ou do conhecimento pragmático geral (cf. Furtado da Cunha, 1989). Desse modo, as orações passivas são mais marcadas em termos da sua pressuposicionalidade.

No discurso multiproposicional, a tendência natural de se comunicar informação é tomar um mesmo referente como ponto de partida de uma série de orações. Assim, a continuidade do tópico reflete a norma na comunicação, ao passo que a mudança de tópico representa um desvio dessa norma. Como as orações passivas do português servem, na maioria dos casos, à mudança do tópico, elas se qualificam como o padrão marcado. As orações ativas, por outro lado, servem preferencialmente à continuidade do tópico e se classificam, portanto, como o padrão neutro (cf. Furtado da Cunha, *op. cit.*).

Se a troca de informação nova é a base do discurso humano, então o padrão oracional que transmite grande parte da informação nova – a oração ativa – deve ser o mais freqüente no discurso. Por sua vez, as construções mais pressuposicionais exibem maiores restrições distribucionais do que as construções neutras.

A ocorrência de orações passivas em textos reais do português é bem menos freqüente do que a ocorrência de orações ativas. Em trabalho anterior (Furtado da Cunha, *op. cit.*), constatei ainda que a freqüência de passivas varia de acordo com a modalidade – escrita ou falada – do texto sob investigação, de modo que os textos escritos apresentam mais passivas do que os textos falados. Além disso, nos dados da fala, a ocorrência de passivas no corpus do NURC, de falantes universitários, é aproximadamente quatro vezes maior do que no corpus

do Censo da Variação Lingüística (CVL), de falantes não-universitários. Como o uso da passiva é característico do estilo escrito formal, é possível que os falantes do NURC, com alto grau de escolarização, tenham produzido mais orações passivas do que os falantes do CVL devido a uma influência do padrão da escrita. Desse modo, tanto a modalidade escrita quanto o registro falado mais formal favorecem o uso da passiva nos textos examinados. Essa observação está de acordo com os achados de Givón (1979, p. 51) e Romaine (1984, p. 71), cujos estudos demonstram que a passiva ocorre mais freqüentemente em textos não-ficcionais: linguagem burocrática, textos científicos e jornalísticos.

Romaine aventa a hipótese de que a infreqüência da passiva em inglês (em particular, da passiva agentiva com 'be') deve-se, em parte, à existência de outras construções que aparentemente servem como equivalentes funcionais da passiva no discurso. No português, a topicalização, o deslocamento à esquerda e as orações relativas podem ser tomadas como alternativas sintáticas à apassivização, na medida em que também possibilitam que se coloque um SN não-agente na posição de tópico. Do ponto de vista funcional, há pelo menos três maneiras de se diferenciarem as passivas de topicalizações, deslocamentos à esquerda e orações relativas. Em primeiro lugar, nas passivas o argumento agente ou é omitido ou é apresentado num sintagma preposicionado, diferentemente das topicalizações, deslocamentos à esquerda e orações relativas. Em segundo lugar, nas passivas o tópico também é o sujeito, enquanto nas topicalizações, deslocamentos à esquerda e orações relativas o tópico coocorre com o sujeito. Como no português é o sujeito, e não o tópico, que controla a concordância verbal, o sujeito-tópico da passiva exibe uma ligação semântica mais estreita com o verbo do que um tópico não subjetivado. Finalmente, a passiva serve às funções de mudança e de manutenção do tópico (cf. Furtado da Cunha, *op. cit.*), ao passo que a topicalização e o deslocamento à esquerda parecem estar reservados exclusivamente à função de mudança de tópico, segundo o estudo de Duranti & Ochs (1979, p. 401).

Um outro fator que distingue passivas de topicalizações e deslocamentos à esquerda é o tipo de registro em que essas construções se dão. Enquanto a passiva é característica da língua escrita formal, a

topicalização e o deslocamento à esquerda ocorrem, principalmente, na fala coloquial.

Resta mencionar uma outra alternativa sintática para a passiva disponível no português. Dessa feita, o argumento em questão é o agente da ação verbal. Sob o ângulo do argumento agente, a passiva é uma estratégia de impessoalização, pois na grande maioria de orações passivas a identidade do agente não é explicitada. No português informal, é comum o uso da oração ativa com sujeito não-anafórico ‘eles’ ou sujeito zero com verbo na 3ª pessoa do plural quando o falante não identifica o agente da ação. Nesse caso, embora não seja possível determinar com exatidão a identidade do agente, pode-se inferir do contexto discursivo que o sujeito ‘eles’ ou zero se refere a pessoas encarregadas das atividades específicas de que se fala. O uso da oração ativa com sujeito zero e verbo na 3ª pessoa do plural é registrado por Rodrigues Lapa em *Estilística da língua portuguesa* (1970). Lapa afirma que em ‘Abriram as janelas do palácio’ “a atenção é reclamada para o ato em si. O sujeito é indeterminado, e sua falta tem como resultado fortalecer a própria significação do verbo. O que importa sobretudo é o ato de abrir.” (p. 145). O comentário de Lapa indica que, em orações desse tipo, o agente da ação não é o elemento central da comunicação. Ao contrário, a identidade do agente é irrelevante pois, nesse caso, destaca-se a ação. Vale notar que essa observação só é válida se a oração citada como exemplo ocorrer no início de um parágrafo. Se ela estiver em cadeia, o que se ressalta é a continuidade do tópico.

Com relação à função de impessoalização do agente, portanto, há duas opções de codificação sintática no português: orações ativas como sujeito não-anafórico ‘eles’ ou zero e orações passivas sem agente. O ambiente semântico e discursivo, em conjunção com o tipo de registro, determinam a ocorrência de uma oração passiva em um dado texto.

Como já foi dito, a complexidade sintática, semântica e pragmática inerente à passiva resulta do fato de que essa oração se afasta da ordenação neutra das palavras, que em português tende a ser Sujeito Verbo Objeto. A passiva contraria o modo de codificação preferido, apresentando um referente baixo na hierarquia de topicidade para os casos semânticos – o paciente – na posição inicial da oração. A complexidade da passiva tem implicações nos possíveis problemas de

compreensão decorrentes do uso dessa construção. A dificuldade de interpretação da passiva está relacionada ao fato de ela reverter a ordem natural dos constituintes sujeito (agente) e objeto (paciente) da oração ativa transitiva. A tendência de os agentes serem embalados como sujeito e tópico da oração funciona como uma estratégia interpretativa, que não se aplica na passiva. Os possíveis distúrbios na comunicação causados pelo uso da forma passiva num dado texto seriam conseqüência da interpretação incorreta do sujeito passivo como agente, e não como paciente, da ação verbal.

A esse respeito, vale comentar a opinião de Gladstone Chaves de Melo, expressa em *Gramática fundamental da língua portuguesa* e através de comunicação pessoal. Para ele, “o português é uma língua de ordem vária e livre, onde não tem tradição (e portanto não é vernáculo) o uso sistemático da seqüência lógica ou analítica” (isto é, o sujeito precede o verbo, o verbo precede os complementos etc.) (p.235). Entre os casos de posposição do sujeito, que refletiriam o uso do “bom português” (grifo original), Gladstone inclui a posposição do sujeito “quando o verbo está na passiva, mormente na pronominal” (p. 236). Os exemplos citados, contudo, representam o tipo de passiva denominado de passiva de estado (isto é, formadas com o auxiliar ‘estar’ + particípio passado). Gladstone considera que a inversão VS nas passivas analíticas é uma tendência vernácula, enquanto a ordem direta SV reflete uma perda do senso da língua e, conseqüentemente, uma quebra da expectativa lingüística. O uso da ordem direta nas passivas analíticas do português deve-se, segundo ele, a uma influência indireta da língua inglesa, causando uma desfiguração do português. Para Gladstone, abrir com o verbo dá mais dinamismo à oração, ressaltando o fato, a ação. Como na passiva o sujeito não é agente, sua posição ótima deveria ser depois do verbo. Com o fim de confirmar seu ponto de vista, Gladstone arrola autores como Antônio Vieira, Gonçalves Dias e Machado de Assis, em cujos livros a posposição do sujeito representa a ordenação mais freqüente.

Embora não se refira explicitamente à dificuldade de interpretação da passiva Sujeito Verbo (SV), a argumentação de Gladstone sugere que a posposição do sujeito na passiva eliminaria essa dificuldade, salientando que, nesse caso, o sujeito não desempenha o papel semântico de agente. A inversão Verbo Sujeito (VS) na passiva serviria para avisar o leitor/ouvinte de que as estratégias normais de

processamento da informação não se aplicam a essa construção e que estratégias especiais devem, portanto, ser ativadas.

Apoiado em autores do século passado, Gladstone afirma que o uso da passiva com ordenação SV reflete uma desfiguração do português. Contudo, como vimos em trabalho anterior (cf. Furtado da Cunha, op. cit.), a frequência de passivas SV é bem maior do que a de passivas VS em todos os textos analisados. É sobretudo nos dados da escrita que se constata as ocorrências de passivas VS. Nos dados da fala, por sua vez, a frequência de passivas VS é bastante baixa. Esses fatos indicam que, no português atual, a tendência que se verifica é o uso da passiva na ordem Sujeito Verbo.

Concordo com a análise de Gladstone quando ele diz que a oração estruturada na ordem VS ressalta o fato, a ação em si. Com efeito, a passiva VS é usada para se referir a uma situação ou estado de coisas em que nem o agente nem o paciente são embalados como o ponto de partida da oração. Assim, a passiva VS é uma oração neutra, sem tópico, que caracteriza um acontecimento como um todo não analisável em tópico e comentário.

É provável que a maior complexidade sintática da passiva, comparada à da ativa, esteja associada a uma complexidade perceptual maior. Givón (1979, p. 87) chama a atenção para o fato de que a surpresa comunicativa (isto é, a quebra da norma comunicativa, representada pela oração ativa) se correlaciona diretamente com a dificuldade comunicativa, de modo que quanto mais surpreendente for uma construção, mais difícil será sua interpretação. A codificação perceptualmente mais saliente da passiva (uso do auxiliar 'ser' + verbo no particípio passado e agente introduzido por Sintagma Preposicionado) previne o leitor/ouvinte de que essa construção é um caso mais complexo, que não se ajusta às estratégias mais frequentes de interpretação.

Com o fim de verificar de que modo a questão da dificuldade de compreensão da passiva é tratada no português, consultei alguns manuais de redação que se destinam a orientar as pessoas sobre como refinar sua escrita, para que ela se torne mais clara e fácil de ser entendida pelos leitores (cf. *Comunicação em prosa moderna, Técnica de redação, Técnicas básicas de redação, Noções de estilo: normas fundamentais para uma redação de bom nível*, entre outros). Esses

manuais não fazem menção aos possíveis problemas de compreensão causados pela passiva nem desaconselham seu emprego continuado.

Alguns manuais do inglês, contudo, referem-se à passiva como uma construção cujo uso freqüente deve ser evitado (cf. *Guidelines for document designers* e *Let's write English*). Em geral, são duas as razões apontadas: a passiva tem influência sobre a clareza do texto e afeta a compreensão da informação. Segundo esses manuais, parágrafos compostos principalmente de orações ativas dão ao leitor a impressão de texto que flui, enquanto o excesso de orações passivas produz uma escrita vaga, impessoal e “sem vida”. As questões que se colocam são: como medir o grau de clareza de um texto ou saber onde começa o excesso?

No português, os livros de redação que descrevem a passiva não mencionam o fato de que o agente da passiva é freqüentemente omitido, à exceção de *Curso básico de redação*, de Moreno & Guedes (1986). De acordo com esses autores, “a frase passiva pode aparecer sem o agente da passiva por ser ele desconhecido, ou simplesmente por uma deliberada intenção de omiti-lo.” (p. 103). Por sua vez, os manuais do inglês consideram a passiva ainda mais problemática quando o escritor omite o agente da ação verbal. A omissão do sintagma agentivo impede que se identifique quem é o responsável pela ação; a oração passiva torna-se, então, indefinida, mais impessoal, menos clara e mais difícil de entender. O uso de orações passivas encadeadas amplia esse efeito, de tal maneira que apenas poucos leitores serão capazes de compreender o texto resultante, segundo esses manuais. Nota-se aqui, outra vez, a utilização de critérios subjetivos, de avaliação duvidosa, como a clareza e a dificuldade de entendimento.

Os manuais do inglês afirmam que, em casos particulares, o uso ocasional de uma oração passiva é perfeitamente adequado. A passiva é permitida:

- a) quando o escritor quer variedade no estilo do texto;
- b) quando a oração é curta e fácil de entender;
- c) quando o escritor quer que o leitor preste atenção no objeto da oração;
- d) quando não é importante identificar o agente da ação.



Note-se que as situações descritas em (c) e (d) refletem o que, em trabalho anterior (Furtado da Cunha, op. cit.), denominei de função de atribuição do tópico e função de impessoalização da passiva. Sob o domínio funcional da atribuição do tópico, a passiva codifica as orações transitivas em que o argumento paciente é mais tópico do que o argumento agente. Sob o domínio funcional da impessoalização, a passiva omite a identidade do agente. A combinação desses dois domínios funcionais coocorre com as orações passivas em textos reais do português. Portanto, em (c) e (d) os manuais do inglês descrevem exatamente os contextos discursivos/pragmáticos responsáveis pelo uso de uma forma passiva (cf. Furtado da Cunha, 1994).

Se o critério para a ocorrência da passiva em textos reais do português é o caráter tópico do argumento paciente, que é idêntico ou se relaciona estreitamente a um participante da oração anterior, pode-se supor que a interpretação da passiva, embora se afaste da estratégia de codificação mais freqüente (Sujeito = Agente), não cause problemas ao ouvinte/leitor. A motivação discursivo-pragmática para o uso de uma forma passiva funciona como uma garantia de sua correta interpretação, apesar da sua complexidade sintática, semântica e pragmática. No entanto, para que se possa avaliar com precisão o grau de dificuldade subjacente à compreensão da estrutura passiva, é necessário que se proceda a uma investigação cuidadosa que leve em conta o tempo de processamento da oração passiva comparada ao da ativa.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DURANTI, A. & OCHS, E. Left-dislocation in Italian conversation. In: GIVÓN, T. (ed.) *Syntax and semantics*. v. 12. Discourse and syntax. New York: Academic Press, 1979.
- FALKER, D. B. et alii. *Guidelines for document designers*. Washington: American Institute for Research, mimeo, s/d.
- FURTADO DA CUNHA, M. A. Motivações discursivas para o uso da passiva. In: *D.E.L.T.A.*, v. 10, n. 1, p. 21-27, 1994.
- FURTADO DA CUNHA, M. A. *A passiva no discurso*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989.
- GARCIA, O. M. *Comunicação em prosa moderna*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1969.

- GIVÓN, T. *Syntax – A functional typological introduction*. v. 1. Amsterdam: John Benjamins, 1984.
- GIVÓN, T. *On understanding grammar*. New York: Academic Press, 1979.
- GRANATIC, B. *Técnicas básicas de redação*. São Paulo: Scipione, 1988.
- LAPA, M. R. *Estilística da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1970.
- MELO, G. C. de. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.
- MONTEZUMA, H. *Noções de estilo: normas fundamentais para uma redação de bom nível*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, s/d.
- MORENO, C. & GUEDES, P. C. *Curso básico de redação*. São Paulo: Ática, 1986.
- ROMAINE, S. *The language of children and adolescents – The acquisition of communicative competence*. Oxford: Basil Blackwell, 1984.
- SOARES, M. B. & CAMPOS, E. N. *Técnica de redação*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.
- WISHON, G. E. & BURKS, J. M. *Let's write English*. New York: American Book Company, 1968.

FONTE DOS DADOS

*Censo da Variação Lingüística* (Projeto CVL). Rio de Janeiro: UFRJ.  
*Estudo da norma lingüística urbana culta* (Projeto NURC). Rio de Janeiro: UFRJ.